

Crianças com Necessidades Educativas Especiais:

UM PEDIDO DE AJUDA

Uma criança com uma determinada incapacidade é geralmente, “categorizada”, segundo critérios estaduais, como sendo “Criança com Necessidades Educativas Especiais”. A partir desse momento, essa criança tem uma série de apoios que lhe são facultados, nomeadamente a nível do ensino, quando inicia a escolaridade obrigatória.

Ora, se uma entidade como o Estado realiza esta “categorização” e define um conjunto de critérios que reconhecem que uma criança precisa de um todo de estratégias e métodos mais personalizados a fim de obter os objectivos escolares delineados, subsequentemente, considero que seja de extrema relevância, essa mesma Entidade facultar meios e apoios que tornem o processo exequível.

Consideremos a seguinte situação real:

Uma criança que tem Trissomia 21. É uma condição que não lhe retira o processo de aprendizagem, que pode ser adquirido assim como qualquer outra criança, mas que determina um trabalho de sala de aula muito mais exigente, intenso, exaustivo e individualizado, tem como apoio educativo individual: um Professor Educação Especial e um Professor de Apoio Educativo. Numa primeira fase, parece-nos algo que resolveria a situação. Um titular de turma auxiliado por dois professores especializados, facilita, por um lado, o trabalho do Titular de turma: aquele trabalho de responsabilidade extra que teria que ter com o aluno, podendo deixar de dar resposta ao resto da turma é distribuído por outros professores; e por outro lado, torna a aprendizagem do aluno-alvo muito mais eficaz.

Contudo, o que na realidade se observa é que este apoio individualizado não RESOLVE o problema, apenas o CONTORNA.

O apoio educativo individual que deveria ser fornecido durante todo tempo de aula, todos os dias, resume-se a uma série de 3 ou 4 blocos de 45 minutos por semana, o que é irredutivelmente, muito deficitário.

Uma criança com necessidades educativas especiais, tem uma condição que, normalmente, existe durante 24 horas. Por outras palavras, a dificuldade de aprendizagem não se manifesta “x” vezes por semana durante “y” blocos de 30/40 minutos. As dificuldades de uma criança com necessidades educativas especiais têm de ser encaradas com muita seriedade e não podemos simplesmente jogar ao “faz-de-

conta” de que as leis incluem medidas que sustentam essas dificuldades. As leis incluem medidas que, para quem esta de fora, resolve qualquer problema, mas para quem tem o problema em mãos, não passam apenas de decretos que foram promulgados.

As minhas questões são: “O que é que estas crianças têm para merecer menos que as outras?”; “O que é que estes futuros cidadãos não têm para não terem o direito à oportunidade de aprender de uma forma ajustada às suas condições?”; “O que é que uma Entidade como o Estado prefere? Um cidadão sem instrução, que vive de uma reforma mensal? Ou um “verdadeiro” cidadão, que teve a sua formação pessoal e profissional e que contribui para as despesas do Estado assim como todos os outros?”

O Estado apenas tem de decidir se prefere ter um fardo ou um contribuidor. E acho que a resposta devia ser imediata. Não só pela redução de despesas à posteriori como também pela sua obrigação em cooperar na formação de qualquer individuo da sua sociedade.

Deste modo, venho por este meio tentar dar a minha opinião sobre este assunto e acima de tudo alertar todo o conjunto de pessoas que estão acima de mim para peça de teatro que se está a assistir aqui em baixo, pedir literalmente AJUDA.

Crianças com necessidades educativas especiais, precisam de mais apoio e mais eficaz. Crianças com necessidades educativas especiais precisam de ser verdadeiramente consideradas.

Um deficiente não precisa de ser apenas reconhecido como deficiente. Um deficiente além do reconhecimento precisa de CRÉDITO, de apoio, de uma verdadeira formação.

Na sequência da situação exposta no início, eu tomo a liberdade de sugerir uma medida de intervenção que considero fundamental para a aprendizagem de um aluno com necessidades educativas especiais: um professor a tempo inteiro na sala de aula, auxiliando-o.

Sem dúvida que mais do que ter 2 professores especializados 2 vezes por semana, durante 30 minutos, o mais importante é conseguir um apoio contínuo na sala de aula, porque volto a dizer: uma deficiência não existe durante uma parte do dia, mas sim durante 24horas sobre 24horas.